

COORDENAÇÃO
Ronaldo Vasconcelos
Fernanda Neves Piva
Gabriel José de Orleans e Bragança
Thais D'Angelo da Silva Hanesaka
Thomaz Luiz Sant'Ana

REFORMA DA LEI DE RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA (LEI N. 14.112/20)



EDITORA
IASP

São Paulo
2021

ISBN 978-65-87082-14-1

Reforma da Lei de Recuperação e Falência (Lei n. 14.112/20)
@ Edição da Editora IASP

O Autor desta obra goza da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e conceitos emitidos em seu trabalho.

Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP

CNPJ 43.198.555/0001-00

Av. Paulista, 1294 - 19º andar - CEP 01310-915 | São Paulo - SP - Brasil

Site: www.iasp.org.br | E-mail: iasp@iasp.org.br

Fundado em 29 de Novembro de 1874

Revisão: Coordenadores e Autores

Capa e diagramação: Tábata Gerbasi

Coordenação do projeto editorial: Karina Borsari

Impressão: Gráfica Forma Certa

Impresso no Brasil: [Agosto-2021]

Dados para Catalogação

VASCONCELOS, Ronaldo et al. (Coord.)

Reforma da Lei de Recuperação e Falência - Lei 14.112/2020 / coordenação de Ronaldo Vasconcelos, Fernanda Neves Piva, Gabriel José de Orleans e Bragança, Thais D'Angelo da Silva Hanesaka e Thomaz Luiz Sant'Ana. São Paulo: Editora Iasp, 2021. 1338 p.

16 x 23cm

ISBN 978-65-87082-14-1

1. Direito Falimentar - Brasil; 2. Falência - Brasil; 3. Lei de Recuperação e Falência - Reforma - Brasil. I. PIVA, Fernanda Neves. II. ORLEANS E BRAGANÇA, Gabriel José de. III. HANESAKA, Thais D'Angelo da Silva. IV. SANT'ANA, Thomaz Luiz. V. Título

CDDoris 342.236

Cutter V331r

Karina Borsari
CRB-8/4951

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas de obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
APRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE DO IASP	13
PREFÁCIO	17
OBSERVATÓRIO DE INSOLVÊNCIA	29
ATUALIZAÇÃO DA 2ª FASE DO OBSERVATÓRIO DE INSOLVENCIA - RECUPERAÇÃO JUDICIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO	31
Ivo Waisberg, Marcelo Barbosa Sacramone, Marcelo Guedes Nunes e Julio Trecenti	
DISPOSIÇÕES COMUNS RJ E FALÊNCIA	81
OS CRÉDITOS GARANTIDOS POR CESSÃO FIDUCIÁRIA NA REFORMA DA LEI DE FALÊNCIAS	83
Assione Santos e Luis Miguel Roa Florentin	
AS NOVAS DISPOSIÇÕES LEGAIS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE BENS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	109
Eduardo Azuma Nishi e Marcio Calil de Assumpção	
A RELEVÂNCIA DO <i>STAY PERIOD</i> NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	137
Paulo Celso Pompeu	
ALTERAÇÕES NO CRÉDITO FISCAL	157
ATUALIZAÇÃO DA LEI DE RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E FALÊNCIAS: NOVAS PERSPECTIVAS PARA O CRÉDITO FISCAL	159
Matheus Mello Pereira, Jimmy Lauder Mesquita Lucena e Gabriel Augusto Luís Teixeira Gonçalves	
A POSIÇÃO DO FISCO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, DE ACORDO COM A LEI 14.112/2020 – PRINCIPAIS MUDANÇAS PARA AS RECUPERANDAS	177
Thomaz Luiz Sant’Ana, Rodrigo de Freitas e Andressa Kassardjian Codjain	

Sumário

LEI Nº 14.112/20: VIRADA DE PÁGINA PARA A SOLUÇÃO DAS QUESTÕES FISCAIS NA INSOLVÊNCIA?	205
Pedro Freitas Teixeira, Filipe Aguiar de Barros e Flávia Palmeira de Moura Coelho	
VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS	233
REFLEXÕES SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO E DE HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS À LUZ DA REFORMA DA LEI Nº 11.101/2005	235
Anglizey Solivan de Oliveira e Pedro Ivo Lins Moreira	
CONCILIAÇÕES E MEDIAÇÕES NA RJ	271
DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO EMPRESARIAL E SUA APLICABILIDADE NO NOVO REGIME CONCURSAL.....	273
Camila Crespi Castro	
A MEDIAÇÃO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E SUA INCLUSÃO NA LEI DE FALÊNCIAS (COM REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI N.14.112, DE 25/12/2020)	293
Andréa Galhardo Palma	
MEDIAÇÃO COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS SOCIETÁRIAS NO ÂMBITO DAS RECUPERAÇÕES JUDICIAIS	317
Juliana Bumachar e Renato Scardoa	
O NOVO INSTITUTO DA NEGOCIAÇÃO PRÉVIA.....	339
Gabriel José de Orleans e Bragança e Luis Fernando Guerrero	
A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E A REFORMA DA LEI.....	359
Gustavo Milaré Almeida e Lourdes Regina Jorgeti	
ADMINISTRADOR JUDICIAL E COMITÊ DE CREDORES	383
AS ALTERAÇÕES DA LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA DETERMINADAS PELA LEI 14.112/2020	385
Osana Maria da Rocha Mendonça	
ALTERAÇÕES NAS FUNÇÕES DO ADMINISTRADOR JUDICIAL.....	393
Iriní Tsouroutsoglou	

ADMINISTRADOR JUDICIAL: IMPACTOS NA RESPONSABILIDADE CIVIL E NA REMUNERAÇÃO EM FACE DAS NOVAS FUNÇÕES ATRIBUÍDAS PELA LEI 14.112/20	413
Joice Ruiz Bernier	
AS NOVAS FUNÇÕES DO ADMINISTRADOR JUDICIAL COM A REFORMA DA LEI E SEUS DESAFIOS	435
Filipe Denki Belém Pacheco	
ASSEMBLEIA-GERAL DE CREDORES	459
ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES: NOVIDADES E PONTOS CONTROVERTIDOS	461
Felipe Lollato e Guilherme França	
ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES: NOVOS DESAFIOS E PERSPECTIVAS	497
Cinira Gomes Lima Melo e Daniel Bushatsky	
PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E PLANO DO CREDOR	525
“BEST INTEREST OF CREDITORS TEST” À BRASILEIRA: A TUTELA DO MELHOR INTERESSE DE CREDORES PREVISTA NO ARTIGO 50, XVIII, DA LEI N.º 11.101/2005	527
Carolina Kiyomi Iwamoto	
A NATUREZA NEGOCIAL DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E O DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES NELE ASSUMIDAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: PROBLEMA CONCURSAL COM SOLUÇÃO CONTRATUAL?	549
Gustavo Lacerda Franco	
NOVOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	581
Maria Fabiana Dominguez Sant’Ana e Camila Venturi Tebaldi	
O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL ALTERNATIVO PROPOSTO PELOS CREDORES: ASPECTOS GERAIS.....	607
Beatriz Delácio Gnipper	
REFLEXÕES SOBRE O PLANO DE CREDORES NA REFORMA DA LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIAS.....	625
Igor Silva de Lima e Gustavo dos Reis Leitão	

Sumário

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – PRIMEIROS COMENTÁRIOS AO PLANO ALTERNATIVO E OUTRAS ALTERAÇÕES RELEVANTES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.112/2020	649
Henrique Ávila e Victoria Villela Boacnin	
O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE CREDORES NA REFORMA DA LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIA (LRE, ARTS. 6º, § 4-A, E 56, §§ 4º A 8º).....	671
Marcelo Vieira von Adamek	
PRODUTOR RURAL.....	693
O NOVO REGIME DE SUJEIÇÃO DE CRÉDITOS NA REESTRUTURAÇÃO DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO RURAL	695
Renato Buranello e José Afonso Leirião Filho	
A SUBMISSÃO DE CRÉDITOS EM FACE DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DOS PRODUTORES RURAIS À LUZ DA LEI Nº 11.101/05 E DAS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.112/20	715
Domingos Fernando Refinetti, Juliana Brotto de Barros Milaré e Victor Salgado	
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	739
SISTEMA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS DO ART. 60 DA LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL: UMA SÍNTESE EPISTEMOLÓGICA.....	741
Jáder Aurélio Gouveia Lemos Neto e Renato Hayashi	
FINANCIAMENTO DO DEVEDOR E DO GRUPO DEVEDOR NA RJ	765
FORTALECIMENTO DO DIP FINANCING NO DIREITO BRASILEIRO – BREVES COMENTÁRIOS ÀS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS DE ESTÍMULO A ESSA MODALIDADE DE FINANCIAMENTO	767
Leonardo Morato e Renan Scapim	
O FINANCIAMENTO DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL DIANTE DA REFORMA DA LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIA	779
Cesar Ciampolini Neto, Marcelo Barbosa Sacramone e Fernanda Neves Piva	

FINANCIAMENTO DO DEVEDOR NA NOVA RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ANÁLISE CRÍTICA DA LEI Nº 14.112/20 A PARTIR DE TRÊS PONTOS	803
Danilo Palinkas e Filipe Guimarães	
CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E SUBSTANCIAL	827
A CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL: ANTES E APÓS A REFORMA DA LEI 11.101/2005.....	829
Kleber de Nicola Bissolatti e Monique Helen Antonacci	
ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	857
ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	859
João Pedro Scalzilli, Luis Felipe Spinelli e Rodrigo Tellechea	
CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA	873
A VENDA INTEGRAL DA DEVEDORA E A CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA.....	875
Aline de Toledo Martins, César Augusto Martins Carnaúba e Thais D'Angelo da Silva Hanesaka	
FALÊNCIA: DISPOSIÇÕES GERAIS	899
DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E EXTENSÃO DOS EFEITOS DA FALÊNCIA: NOVA LEI, VELHOS PROBLEMAS	901
Paulo Furtado de Oliveira Filho e Ronaldo Vasconcelos	
FALÊNCIA: CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS	921
CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS NA FALÊNCIA	923
Eduardo Foz Mange e Renato Luiz de Macedo Mange	
CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS E PAGAMENTO DOS CREDORES NA FALÊNCIA	943
Renata Martins de Oliveira Amado, Carolina Mascarenhas e Giovanna Luz Podcameni	

Sumário

FALÊNCIA: DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E AÇÃO DE RESPONSABILIDADE	971
O INCIDENTE DA DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA E A (IN)SEGURANÇA JURÍDICA.....	973
Daltro Borges Filho, Thiago Peixoto Alves e Marcos Pitanga Caeté Ferreira	
A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E O FIM DA EXTENSÃO DOS EFEITOS DA FALÊNCIA.....	991
Maria Tereza Tedde de Moraes Cavalcante	
FALÊNCIA: INABILITAÇÃO EMPRESARIAL, DIREITOS E DEVERES DO FALIDO	1015
NOVO REGIME JURÍDICO DA REABILITAÇÃO DO FALIDO INSTITUÍDO PELA LEI Nº 14.112/20: SUAS IMPLICAÇÕES	1017
Maria Rita Rebello Pinho Dias	
FALÊNCIA: ARRECADAÇÃO E CUSTÓDIA DOS BENS	1045
A IMPORTÂNCIA DA ARRECADAÇÃO E CUSTÓDIA DE ATIVOS NA FALÊNCIA	1047
Marcello do Amaral Perino e Livia Gavioli Machado	
FALÊNCIA: INEFICÁCIA E REVOGAÇÃO DE ATOS PRATICADOS ANTES DA FALÊNCIA.....	1063
“A SISTEMÁTICA DA INEFICÁCIA E REVOGAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS ANTES DA FALÊNCIA DIANTE DA REFORMA DA LEI 14.112/2020 E SUA INAPLICABILIDADE AOS PROCESSOS RECUPERACIONAIS”	1065
Juliana Fukusima Sato e Tatiana Flores Gaspar Serafim	
FALÊNCIA: REALIZAÇÃO DO ATIVO	1089
REALIZAÇÃO DO ATIVO NA FALÊNCIA: A DELIBERAÇÃO PELOS CREDORES NA LEI Nº 11.101/2005 E SUAS ALTERAÇÕES PELA LEI Nº 14.112/2020	1091
Ivo Waisberg e Gilberto Gornati	

FALÊNCIA: ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES1107

O FRESH START EMPRESARIAL – A EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO NA LEI 14.112/2020 1109

Thiago Dias Costa e Clara Moreira Azzoni

FALÊNCIA – ENCERRAMENTO DO PROCESSO FALIMENTAR E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO – UMA VISÃO DO ARTIGO 114-A INTRODUZIDO PELA LEI 14.112/2020 1129

João de Oliveira Rodrigues Filho

RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL..... 1145

PROCEDIMENTO ANTIGO, NOVAS FERRAMENTAS: O PROCESSO DE SOLICITAÇÃO DE CONSENTIMENTO NA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL (ART. 163, § 7º, DA LEI 11.101/2005) 1147

Sheila C. Neder Cerezetti e Ana Elisa Laquimia de Souza

A REFORMA DA LEI 11.101/2005 E A NOVA PERSPECTIVA DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL 1173

Luiz Fernando Valente de Paiva e Joana Gomes Baptista Bontempo

INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL 1207

QUESTÕES RELATIVAS À COMPETÊNCIA JURISDICIONAL PARA RECONHECIMENTO DE PROCESSOS ESTRANGEIROS DE INSOLVÊNCIA..... 1209

Paulo Fernando Campana Filho e Raphael Nehin Corrêa

A ADOÇÃO DA LEI MODELO UNCITRAL E OS GRAUS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: PROCESSO ESTRANGEIRO PRINCIPAL, PROCESSO ESTRANGEIRO NÃO PRINCIPAL E PROCESSOS CONCORRENTES 1229

Francisco Satiro e Sabrina Maria Fadel Becue

INOVAÇÕES DA INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL NA LEI 11.101/05 E SEUS PRINCIPAIS IMPACTOS NA LOCALIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS 1247

Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos e Octaviano Bazilio Duarte Filho

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS..... 1279

A REFORMA DOS PROCEDIMENTOS DE INSOLVÊNCIA E A TENTATIVA
DE SOLUCIONAR DOIS PROBLEMAS PROCESSUAIS: A CONTAGEM
DE PRAZOS E O CABIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO
NA RECUPERAÇÃO E NA FALÊNCIA 1281

Geraldo Fonseca e Teresa Arruda Alvim

AS NORMAS DE DIREITO INTERTEMPORAL E A APLICAÇÃO
DA LEI Nº 14.112/20 1297

Luciana Celidonio e Pedro Magalhães Humbert